

Decisão do STF sobre Lula causa insegurança jurídica, dizem juristas

Maioria dos ministros confirmou decisão de Edson Fachin que anulou condenações do ex-presidente por vício de competência

16/04/2021



Ministro Marco Aurélio votou contra o entendimento de Fachin, mas foi vencido pela maioria

CARLOS MOURA/DIVULGAÇÃO/STF - 4.4.2018

Juristas ouvidos pelo **R7** afirmaram que o resultado do [julgamento desta quinta-feira \(15\)](#) no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforça o clima de insegurança jurídica no país. O Supremo confirmou, por 8 votos a 3, entendimento anterior do ministro Edson Fachin que anulou as condenações de Lula por incompetência de juízo. A decisão deixa o ex-presidente apto a disputar as eleições em 2022.

Em março, em decisão monocrática, [Fachin considerou que a 13ª Vara Federal de Curitiba não tinha competência](#) para julgar os casos do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e duas ações relacionadas ao Instituto Lula. A justificativa foi a de que os delitos imputados ao ex-presidente não correspondem a atos que envolveram diretamente a Petrobras e, por isso, Curitiba não deveria ser responsável pelo caso.

O advogado **Rogério Gandra Martins**, especialista em direito tributário e constitucional, questiona o fato de a competência territorial não ter sido contestada nas instâncias inferiores ou até no julgamento sobre a prisão em segunda instância no próprio STF. "Naquele momento, não se falou em competência ou suspeição. Por que só agora isso foi considerado?"

Para **Gandra Martins**, uma pergunta deve ser feita sobre o entendimento da maioria dos ministros: "Se fosse outra pessoa, sem a posição do ex-presidente Lula, haveria um julgamento desse porte que chegasse a esse resultado?" O jurista acredita que não.

O maior problema, segundo o advogado, é que as manifestações do Judiciário têm variado muito, às vezes no mesmo órgão, num curto espaço de tempo. "O que é certo juridicamente hoje, pode ser errado amanhã", diz. "Isso deixa o país nas mãos de uma vontade jurídica, até com elementos políticos. É muito triste para a nação ver essa insegurança."

Voto de Marco Aurélio

A advogada Vera Chemin, especialista em direito constitucional e com mestrado em administração pública pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), também discordou do entendimento da maioria do Supremo e mencionou a insegurança jurídica. "Eu me alio à corrente vencida no julgamento, nos termos do voto do ministro Marco Aurélio."

Assim como Marco Aurélio, a advogada fala na estranheza de a competência ser anulada depois de ter passado por todas as instâncias inferiores. "Mesmo guardadas as devidas particularidades do processo de Lula, é, sem dúvida, um precedente perigoso."

É importante lembrar, ainda segundo Vera, que não haverá repercussão sistêmica dessa decisão. "Isso ficou bastante claro nos votos dos ministros Barroso e Fux. Ou seja, a decisão vale apenas para os quatro processos contra Lula. Não vale para outros processos do ex-presidente e nem para outros réus da Lava Jato", afirmou.

Vera finaliza dizendo que sutilezas de natureza política podem estar dando o tom nos julgamentos do Supremo. "Não é bom que haja nuances na interpretação de uma norma. Isso leva à insegurança jurídica."